

COMÉRCIO AQUECIDO

Black Friday deve girar R\$ 500 mi

Da redação

A Black Friday 2024 promete ser uma das datas mais importantes para o comércio mato-grossense, com uma previsão de movimentação econômica que pode ultrapassar R\$ 512 milhões em todo o estado, segundo projeção feita pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio-MT (IPF-MT). Apesar de uma leve redução no número de consumidores interessados em buscar promoções, o valor médio de gasto por pessoa dobrou em relação ao ano passado, impulsionando a expectativa dos lojistas.

“Mesmo com uma leve redução no número de interessados, o aumento no valor médio de gasto é uma ótima notícia para o setor. A Black Friday é um termômetro para o Natal, e estamos confiantes de que será um período positivo para a economia mato-grossense”, comentou o presidente da Fecomércio, José Wenceslau de Souza Júnior.



Rovena Rosa/Agência Brasil

De acordo com o levantamento, 32,9% dos consumidores pretendem comprar na data, contra 37% observados em 2023. No entanto, o valor médio de gasto saltou de R\$ 423,53 para R\$ 800, um aumento de 88,9%, mostrando um perfil de consumo mais robusto. Em Cuiabá,

estima-se que 255 mil pessoas compareçam às lojas físicas e virtuais, injetando R\$ 486 milhões apenas na capital.

Os itens mais procurados são roupas e acessórios (20,4%) e eletrodomésticos (20,4%), seguidos por eletrônicos (12%), como celulares e tablets. Cosméticos,

perfumes (9%) e sapatos (6,6%) também estão na lista dos produtos mais desejados.

Segundo a Fecomércio, 30,5% dos consumidores pretende gastar até R\$ 500 na Black Friday, enquanto 21% pretende gastar entre R\$ 500 e R\$ 1.000. Aqueles que pretendem gas-

tar mais de R\$ 3 mil são 18,6% dos consumidores e cerca de 10% pretende gastar entre R\$ 2 e R\$ 2,5 mil.

Mais da metade dos consumidores, 53,5%, deve optar pelas lojas do centro da cidade para realizar as compras. O comércio eletrônico também tem ganhado força,

com 29,1% dos respondentes pretendendo comprar online. Shopping centers aparecem em terceiro lugar, com 11% das preferências.

Quanto às formas de pagamento, o cartão de crédito lidera, sendo o meio escolhido por 56,3% dos consumidores. O Pix aparece em segundo, com 22,8%, seguido pelo dinheiro e cartão de débito, que juntos somam 10,2%.

DESAFIOS - Apesar do otimismo, 59,4% dos entrevistados afirmaram que não pretendem gastar na Black Friday, apontando razões como:

- Não costumam aproveitar a data: 37,5%
- Situação financeira comprometida: 34,2%
- Promoções vistas como propaganda enganosa: 10%
- Falta de tempo para compras: 8%

Em Cuiabá, a Black Friday não se restringe a um único dia. Promoções estendidas, como “Black Week” e “Black November”, ajudam a movimentar ainda mais o mercado e geram boas oportunidades para lojistas.

Novo Aquário Municipal de Cuiabá será o maior complexo turístico

Da redação

O antigo Aquário Municipal de Cuiabá, que possuía cerca de 200 metros quadrados, dará lugar ao maior complexo turístico da capital e entrará para o rol de obras históricas entregues pela gestão Emanuel Pinheiro.

Ao todo, o complexo terá mais de 14 mil metros quadrados, sendo o novo Aquário composto por mais de 1,2 mil metros para apreciação de peixes típicos e regionais que compõem a Bacia Amazônica e do Prata.

Outros 3,6 mil metros quadrados foram destinados a áreas verdes com bosques e fontes de água e ainda, praças de alimentação incluindo restaurantes, quiosques e espaços para pequenos empreendedores. Outros 3,7 mil metros quadrados foram destinados ao estacionamento, sendo ao todo, 106 vagas para carros, 07 para ônibus e 26 para motos.

Na véspera do feriado, o prefeito Emanuel esteve no local vistoriando os detalhes finais da obra e ao definir data de entrega, se emocionou.

“Prometemos revitalizar o Aquário e devolver Cuiabá de frente para o Rio e entregaremos o maior complexo turístico de Cuiabá. Concluiu a gestão com mais essa grande obra que será

entregue no dia 21 de dezembro com o coração cheio de gratidão. O filho dessa terra, cuiabano com muito orgulho está deixando um legado histórico para nosso povo”, enfatizou Pinheiro.

O secretário de Turismo Lincoln Sardinha Costa, que acompanhou a vitória, reforçou ainda que o Museu do Rio e a Vila Cuiabana compõem o pacote de entregas da gestão até dezembro.

“O prefeito nos deu a missão e estamos correndo contra o tempo para realizar o sonho dele de concluir o mandato com mais essas entregas históricas. Com Emanuel Cuiabá ganhou o maior hospital do Centro Oeste - o HMC, ganhou trincheiras e o Contorno Leste, que está trazendo dignidade pro nosso povo e agora receberá também a revitalização da Vila Cuiabana e do Museu do Rio junto com o Aquário. Com isso, Emanuel corrige problemas de gestões passadas transformando-os em lazer e entretenimento para as famílias e turistas cuiabanos e fecha o mandato com chave de ouro. Tenho orgulho de fazer parte dessa missão”, concluiu o secretário.

O custo total dos gastos até o momento com as obras citadas, está na ordem de R\$12 milhões. O valor final será mencionado na conclusão.

RUMO À SEGUNDONA

Bernardo Franco volta a culpar arbitragem por derrota

Da redação

O Cuiabá viu suas esperanças de permanecer na elite do futebol brasileiro se esgotarem de vez após o empate em 1 a 1 com o Juventude na noite de sábado, 23 de novembro, no estádio Alfredo Jaconi. Apesar de abrir o placar, o Dourado sofreu o empate no último lance da partida e agora acumula 99,99% de chances de rebaixamento, segundo o Departamento de Matemática da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Após o apito final, o técnico Bernardo Franco não escondeu a frustração com o resultado e direcionou críticas à arbitragem pelo gol de empate do time gaúcho. Segundo o treinador, houve interferência de um jogador adversário, em posição de impedimento, na ação do goleiro Walter, mas o lance foi validado.

“Fomos castigados com um erro de arbitragem, na minha opinião. Se é um jogo do Botafogo ou do Palmeiras, tenho dúvidas se seria validado. Fica aqui mais uma vez essa lamentação de uma interferência externa dentro do resultado”, afirmou Bernardo em coletiva.

Apesar das reclamações, o treinador elogiou a postura de seus atletas



AssCom Dourado

e destacou a evolução defensiva da equipe.

“Nosso desafio era criar uma equipe competitiva e isso fizemos. Melhoramos nossa capacidade ofensiva nos últimos jogos, mas alguns detalhes nos afastaram de uma briga mais real nessa reta final. Enquanto houver chances, vamos continuar lutando”, repetiu o treinador, apesar de admitir a queda.

Com o empate, o Cuiabá alcançou os 30 pontos, permanecendo na 19ª colocação e a oito pontos do Fluminense, primeiro time fora do Z-4. Faltando três rodadas para o final da temporada, o Dourado

precisaria vencer todos os próximos jogos e torcer para que seus rivais percam todos os compromissos, algo praticamente impossível. Até mesmo um empate do Fluminense, que tem uma partida atrasada, já é suficiente para enterrar o sonho do Dourado.

O próximo compromisso será diante do Bahia, na Arena Pantanal, no dia 30 de novembro, às 18h30 (de MT), pela 36ª rodada. Bernardo garantiu uma postura competitiva e foco na busca pelo resultado.

“Vamos entrar da mesma maneira das últimas partidas, uma equipe que busca a vi-

tória sem se desorganizar. É manter a solidez defensiva, mas também buscar o gol. Vamos montar a melhor estratégia para impor nosso ritmo dentro de casa e sair vitoriosos, que é o que mais importa”, concluiu.

Com o iminente rebaixamento, o Cuiabá deve iniciar um processo de reformulação para encarar a Série B em 2025, buscando retornar à elite o quanto antes. Na última semana, o clube já começou a ‘enxugar’ o elenco, com a dispensa antecipada de Gustavo Sauer e Lucas Fernandes, que haviam sido contratados por empréstimo.

EDITORIAL

Em busca da paz

O Brasil definiu seu presidente em outubro passado, quando chegou ao fim a eleição mais acirrada desde a redemocratização do Brasil, marcado por conflitos dentro e fora da arena política. Já não cabe mais discurso revanchista nem contestação dos resultados as urnas. É hora de 'tocar o barco' e trabalhar pelo progresso geral da nação. É preciso concentrar esforços para resolver os enormes problemas que o Brasil enfrenta atualmen-

te e aqueles que se aproximam no horizonte.

Após quatro anos do governo Jair Bolsonaro e da terrível campanha eleitoral que atravessamos, o Brasil se encontra fraturado, visivelmente dividido entre ódios e paixões. Precisamos urgentemente de união e paz. Somos e continuaremos sendo um único povo, uma grande nação, independente de gostar ou não de quem ocupa o Palácio do Planalto. Res-

peitar a escolha da maioria é uma das maiores lições da democracia.

Lula tem o dever de trabalhar pela pacificação do país, arrefecendo os ânimos de ambos os lados e respeitando o pensamento dos que foram vencidos. Acima de tudo, terá que mostrar que os temores levantados pela campanha adversária sobre a liberdade religiosa e de imprensa, por exemplo, eram apenas ferramentas de retórica de seus opositores.

Os eleitores do candidato derrotado também precisam fazer sua parte. Aceitar o resul-

tado das urnas é o mínimo que se exige em uma democracia. Qualquer ato além disso representa uma tentativa de implantar uma ditadura, o que não pode ser permitido de nenhuma maneira. Atentados como o que aconteceu no dia 8 de janeiro, em Brasília, são intoleráveis.

Democracia não é apenas uma palavra bonita na Lei. É algo que construímos no dia a dia, com a aceitação das divergências e um debate saudável sobre os temas políticos que afetam nossa vida cotidiana. Não à toa, os antigos já falavam que temos duas orelhas

e uma boca para ouvir mais e falar menos.

O Brasil agora vive uma nova fase, com vários desafios a serem superados. Lula terá que negociar com as forças políticas de diferentes espectros para conseguir governar. Isso é bom e saudável, tanto para a democracia quanto para o povo brasileiro. Significa que o governo de Lula não poderá fazer uma guinada total à esquerda, mas sim uma gestão de centro, construída à base do diálogo.

Afinal, só a abertura para o diálogo será capaz de reunificar o país rachado ao meio.

A luta por justiça em MT

Virginia Mendes (*)

Hoje é celebrado no Brasil o Dia da Consciência Negra, uma data que nasceu de um movimento de resistência e valorização da identidade afrodescendente, originada da opressão vivida durante a escravidão. O movimento ganhou força com exemplos de figuras como Zumbi dos Palmares, símbolo da luta pela liberdade, e com os trabalhos de intelectuais como Abdias do Nascimento. Na atualidade, a consciência negra continua sendo uma luta por igualdade, representatividade e pelo reconhecimento da contribuição fundamental dos negros para a formação da sociedade.

Nosso estado tem uma forte identidade com essa data, pois ela está ligada à história da escravidão e à contribuição dos negros na formação da sociedade mato-grossense. As comunidades quilombolas, descendentes dos escravizados que fugiram das senzalas, são um dos maiores símbolos da resistência e da preservação da identidade negra em Mato Grosso.

Em nosso estado, tenho a honra e o privilégio de trabalhar ao lado de um governo comprometido com a transformação da realidade social e com a promoção de políticas públicas que garantem direitos para todas as pessoas, valorizando a cultura e a história do nosso povo.

Desde o início do primeiro mandato do atual governo, em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania e a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, temos implementado programas sociais que têm como objetivo primordial o atendimento às necessidades da população, promovendo a igualdade e garantindo o acesso aos serviços essenciais para aqueles que mais precisam, além de promover a sua cultura e história.

Enquanto voluntária na Unidade de Ações Sociais e Atenção à Família, tenho me dedicado pessoalmente a acompanhar e idealizar ações que visam o bem-estar de todas as pessoas de nosso estado. O foco das iniciativas que compõem o programa SER Família é justamente atender à população de forma integral, respeitando a diversidade e a realidade de cada um, para que ninguém seja deixado para trás. Acredito que, para que um estado se desenvolva de maneira justa e equilibrada, é fundamental que as políticas públicas atendam a todos os segmentos da sociedade, especialmente aqueles historicamente marginalizados.

O SER Família não é apenas um programa social; ele é um compromisso com a dignidade e o respeito àqueles que, muitas vezes, se sentem invisíveis nas políticas públicas. Ele engloba diversas ações de

assistência social e cidadania, com uma atenção especial às famílias em situação de vulnerabilidade social. Desde a oferta de benefícios de assistência emergencial até a implementação de projetos que buscam garantir o acesso à educação, saúde e formação profissional, esse programa é um marco na construção de uma rede de proteção que visa à inclusão verdadeira.

Sabemos que, para que a inclusão seja real, não basta apenas oferecer oportunidades, mas também promover ações afirmativas que respeitem a individualidade de cada cidadão e que possam superar as barreiras históricas que ainda existem na sociedade.

Sou filha adotiva e cresci em uma família que sempre me ensinou a importância da empatia e da solidariedade. Meus pais eram negros, e tenho muito orgulho de minha origem. Essa vivência pessoal me impulsiona a trabalhar incansavelmente por políticas públicas que combatam o racismo e a desigualdade, promovendo a inclusão de todos os cidadãos, especialmente os negros e as comunidades periféricas, que ainda enfrentam desafios cotidianos em várias áreas.

A minha história é um exemplo de como a diversidade e a inclusão podem ser potentes e transformadoras. Fui criada em um lar que sempre me ensinou o valor da união entre diferentes culturas, crenças e experiências

de vida. Isso me fez compreender a importância de um governo que não só reconhece a pluralidade, mas também age para que ela seja respeitada e garantida em suas políticas públicas.

A discriminação racial ainda é uma realidade em muitas partes do Brasil, e Mato Grosso não é exceção. Como primeira-dama de MT, tenho consciência de que é preciso ir além das palavras e investir em ações práticas que garantam a equidade e a justiça social. A luta contra o racismo é uma das prioridades do nosso governo, e temos procurado implementar políticas que combatam a discriminação racial, promovam a igualdade de oportunidades e valorizem a contribuição histórica e cultural da população negra.

Esta não é uma causa de um único dia ou de um único governo, mas sim um compromisso que deve ser contínuo. E eu, enquanto primeira-dama de MT, tenho orgulho de fazer parte desse movimento, contribuindo ativamente para a construção de um Mato Grosso mais inclusivo e igualitário..

*VIRGINIA MENDES é economista, primeira-dama de MT e voluntária nas ações de Governo



Desafios do agro na governança

Luize Calvi Castro (*)

O agronegócio é um dos setores mais dinâmicos e estratégicos para a economia brasileira, representando cerca de 25% do PIB nacional. No entanto, apesar de seu potencial, o setor enfrenta desafios significativos quando o tema é governança corporativa. A implementação de práticas robustas de governança pode ser a chave para aumentar a competitividade e a sustentabilidade a longo prazo.

Muitas empresas do setor agro ainda operam sob uma gestão familiar ou informal, o que dificulta a implementação de uma governança estruturada. A falta de transparência e de processos decisórios claros pode levar a conflitos internos e prejudicar o crescimento. A profissionalização da gestão, com a criação de conselhos de administração e a adoção de políticas de compliance, é um passo essencial para superar esse obstáculo.

O agronegócio está cada vez mais pressionado a adotar práticas sustentáveis, não apenas pela sociedade, mas também pelo mercado financeiro. A governança corporativa precisa estar alinhada com uma gestão responsável dos recursos naturais e com o desenvolvimento socioambiental das comunidades. Empresas que não conseguem integrar esses princípios enfrentam riscos reputacionais e financeiros significativos.

A modernização do agronegócio depende da adoção de novas tecnologias que melhorem a produtividade e reduzam o impacto ambiental. No entanto, a resistência à inovação e a falta de governança tecnológica podem limitar esse avanço. A governança corporativa deve incluir estratégias para fomentar a inovação, garantindo que investimentos em tecnologia sejam bem aplicados e alinhados com os objetivos estratégicos.

A conformidade com padrões internacionais de qualidade e sustentabilidade é essencial para o acesso a mercados externos. A governança corporativa deve garantir que todos os processos internos da empresa estejam em conformidade com as exigências internacionais, o que inclui desde a rastreabilidade dos produtos até práticas trabalhistas éticas.

O setor agro está sujeito a riscos específicos, como variações climáticas, flutuações de preços e mudanças regulatórias. A implementação de uma governança corporativa robusta permite a criação de estratégias de mitigação de riscos e planos de continuidade do negócio, fundamentais para a resiliência das empresas.

Para superar esses desafios, é essencial que as empresas do agronegócio invistam na profissionalização de sua gestão e na adoção de práticas de governança corporativa que proporcionem transparência, responsabilidade

de e sustentabilidade. Somente assim o setor poderá consolidar seu papel estratégico na economia brasileira e contribuir para um desenvolvimento econômico equilibrado e sustentável.

*LUIZE CALVI MENEGASSI CASTRO é advogada, sócia do escritório Oliveira Castro Advogados, mestre em Direito Agroambiental pela UFMT, especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes/RJ, com participação no grupo de pesquisa em falência e recuperação de Empresas no Autumn School da Universidade de Paris 1 - Panthéon/Sorbone e curso de extensão em Insolvência pelo Bankruptcy Program da California Western School Of Law, San Diego, USA, curso de Recuperação Judicial e Falências.



A narrativa de caos ambiental

Lucas Costa Beber (*)

Nesta semana, Bernardo Pires, diretor de sustentabilidade da ABIOVE, lançou duras críticas contra o Governador, prefeitos, vereadores e a Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso. Em tom ofensivo, o Diretor acusou o Governador de atender a interesses "extremistas" da bancada ruralista e de promover a destruição ambiental. Tal discurso, no entanto, desvia o foco das verdadeiras intenções e práticas de entidades como a ABIOVE, que, ao invés de promover a sustentabilidade de forma justa e transparente, tem construído uma narrativa de caos ambiental para lucrar com a venda de uma "solução sustentável" imposta aos produtores brasileiros.

A ABIOVE representa mais de 94% do mercado comprador de soja, e suas restrições afetam a vida de milhares de famílias que vivem em propriedades rurais do bioma amazônico, tratados como "sub-cidadãos" sob a ótica da ABIOVE. Esse controle da oferta de soja, que nenhuma relação tem com incentivo à preservação, restringe o direito constitucional à livre iniciativa, especialmente daqueles que cumprem todas as exigências do Código

Florestal Brasileiro, um dos mais rigorosos do mundo. Dessa forma, a ABIOVE auferir ganhos financeiros com a soja "sustentável" no exterior, vendendo a imagem de preservação sem compartilhar os benefícios econômicos com os produtores brasileiros que seguem essas regras restritivas.

O modelo imposto pela ABIOVE desconsidera o impacto econômico e social nas regiões onde a produção agrícola é uma das principais fontes de desenvolvimento. Em vez de criar um sistema de certificação e rastreabilidade que permita atender aos anseios de clientes mais exigentes, como aqueles que demandam soja de áreas convertidas para a agricultura anteriormente a 2008, a ABIOVE aplica uma regra única a todos. Isso gera desigualdades sociais e regionais, prejudicando municípios do bioma amazônico que poderiam levar melhor qualidade de vida aos seus cidadãos. Ao desprezar essas comunidades, a ABIOVE cria uma segregação injusta entre municípios que já se desenvolveram e aqueles que, segundo sua visão egocêntrica, deveriam pagar o preço para que as empresas apresentem aos compradores o famigerado certificado de soja livre

de desmatamento. Não bastassem todos os impactos sociais que o acordo comercial da Moratória da Soja causa à população desses municípios, a crueldade da ABIOVE não se limita, utilizando-se de fóruns importantes para demonizar quem produz no Bioma Amazônia.

A ABIOVE nunca destacou publicamente os resultados positivos alcançados pelos produtores brasileiros em preservação e sustentabilidade. Mato Grosso é um exemplo notável: apenas 14% do seu território é usado para a produção de soja, sendo que os agricultores locais respeitam uma legislação que exige a preservação de 80% de áreas nativas no bioma amazônico e 35% no Cerrado. Com práticas avançadas de conservação, os produtores mato-grossenses não só mantêm a vegetação nativa em suas propriedades, mas também aplicam o plantio direto, rotação de culturas e uso de bioinsumos, técnicas que aumentam a matéria orgânica do solo, reduzem sistematicamente a adição de insumos químicos e promovem o sequestro de carbono. Estudos da ESALQ comprovam que a agricultura brasileira é capaz de sequestrar até 1,6 tonelada de carbono por hectare ao ano, transformando a produção agrícola em uma atividade que contribui para a mitigação de emissões.

O projeto Guardião das Águas, desenvolvido pela APROSOJA em Mato Grosso, atesta o compromisso ambiental dos produtores. Com mais de 105 mil nascentes monitoradas, o estudo apontou que 95% dessas nascentes estão em bom ou ótimo estado de conservação, evidenciando o cuidado dos agricultores com os recursos hídricos. Essa prática é rara globalmente, especialmente quando comparada a regiões agrícolas da Europa e dos Estados Unidos, onde a preservação de áreas agricultáveis é mínima.

Com o discurso de que é a paladina da preservação, única e capaz de "erradicar o desmatamento," a ABIOVE vende uma narrativa que não representa a realidade do agronegócio brasileiro, promovendo uma imagem injusta e depreciativa dos produtores. Além disso, o modelo de moratória imposto por essas empresas se mostra contrário ao desenvolvimento econômico de Mato Grosso e do Brasil, uma vez que restringe o livre comércio e nega aos produtores a oportunidade de usar suas terras de forma produtiva e dentro da legalidade.

Se o objetivo fosse realmente incentivar a sustentabilidade, as empresas signatárias da moratória deveriam assumir os custos de uma logística de segregação de produtos e implementar um sistema robusto de rastreabilidade, repassando esses custos operacionais aos compradores internacionais que exigem produtos com qualidades específicas. No entanto, o que ocorre na prática é a imposição de barreiras para o desenvolvimento do mercado interno, limitando o acesso dos produtores a compradores e concentrando o poder econômico nas mãos de poucos. Ao captarem recursos com taxas de juros mais atrativas no exterior, alegando vender produtos sustentáveis, essas empresas maximizam seus lucros sem compartilhar esses ganhos com os produtores que cumprem as normas impostas pela moratória.

Em resumo, a Moratória da Soja, ao invés de ser uma medida que valorize e promova a sustentabilidade real, vem se tornando um instrumento de controle de oferta que prejudica o desenvolvimento de estados como Mato Grosso, cria barreiras para a redução das desigualdades sociais e projeta uma imagem equivocada do agronegócio brasileiro. O produtor rural brasileiro, principalmente o de Mato Grosso, já é modelo em preservação ambiental, conservação do solo e boas práticas agrícolas. O Brasil, com apenas 7,6% do seu território destinado à agricultura e mais de 66% do território nacional preservado com vegetação nativa, é um exemplo para o mundo, mas essa realidade é frequentemente desconsiderada no discurso de representantes da ABIOVE em conferências importantes, como no último congresso de crédito do agronegócio.

É hora de questionar se a moratória realmente cumpre o propósito de promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo ou se tem sido usada como ferramenta para criar um problema que as empresas vendem como solução, beneficiando-se financeiramente às custas da sociedade brasileira e da imagem do país na comunidade internacional..

*LUCAS COSTA BEBER é produtor e presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT)."



Jornal

IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

VEREADOR ALVO DA PF

Presidente da Câmara questiona legalidade de cassar mandato de Paulo Henrique durante o afastamento do cargo, determinado pela Justiça

Chico tem dúvidas sobre cassação

Da redação

O presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Chico 2000 (PL), afirmou que está em dúvidas sobre a legalidade na condução do processo de cassação do vereador Paulo Henrique (MDB), preso por envolvimento com facção criminosa. Em conversa com jornalistas, Chico disse que irá encaminhar o relatório da Comissão de Ética, que deve pedir a cassação do vereador, para análise da Procuradoria da Casa.

Paulo Henrique foi afastado do cargo em setembro, na segunda fase da Operação Ragnatela, que apura um esquema de lavagem de dinheiro da facção criminosa Comando Vermelho em boates na capital. Segundo a Polícia Federal, Paulo Henrique teria ligação com membros do CV e teria atuado para facilitar alguns interesses dos criminosos.

“Quando chegar nas minhas mãos, eu vou encaminhá-lo à Procuradoria, porque eu tenho uma dúvida. Eu não posso submeter qualquer processo em votação se você tem dúvida sobre ele. O vereador Paulo Henrique está afastado judicialmente do seu mandato. Então, a Procuradoria precisa falar se cabe essa votação com ele afastado do mandato. Eu tenho dúvida quanto à possibilidade de fazer qualquer votação em razão de o vereador estar judicialmente afastado”, disse.

Chico contou que a dúvida dele é para saber se está dentro dos limites da lei cassar um vereador que está afastado por ordem judicial. Todavia, ele garante que, se estiver 'dentro dos conformes', o processo será votado imediatamente no plenário da Casa.

“A Procuradoria dando ‘ok’, de que o processo está correto e que

pode, sim, deve ser votado pelo plenário desta Casa. Estará na pauta na sessão seguinte, como sempre estiveram todos os procedimentos”, afirmou.

Apesar de o processo estar correndo na Câmara, Paulo Henrique não assinou os documentos e não apresentou defesa junto à Comissão de Ética. O presidente da Comissão, Rodrigo Arruda e Sá (PSDB), afirmou que o vereador “sumiu”, não atendendo mais contatos telefônicos e nem em seu endereço residencial.

ENTENDA O CASO - Paulo Henrique é um dos alvos da Operação Ragnatela, deflagrada no dia 5 de junho para cumprir mais de 40 mandados, entre prisões preventivas e busca e apreensão. As investigações apontaram para um esquema de compra de casas noturnas e realização de eventos em Cuiabá para a lavagem de dinhei-



Gilberto Leite

Chico quer parecer da Procuradoria da Câmara, mas garante que irá colocar processo em votação o mais rápido possível

ro da facção criminosa Comando Vermelho. As investigações apontam que, através desse esquema, o grupo teria lavado cerca de R\$ 40 milhões, provenientes

do tráfico de drogas e de outras ações criminosas.

No dia 20 de setembro, Paulo Henrique foi preso na Operação Publicare, segunda fase da Ragnatela, por ser

suspeito de envolvimento com a facção criminosa Comando Vermelho. Ele foi solto dias depois, mas continua afastado do cargo na Câmara de Vereadores.

DISPUTA DA MESA

Maysa defende união de forças contra Jeferson

Angelo Varela/ALMT



Além de se opor a Jeferson, Maysa tenta construir chapa alternativa à indicada pelo prefeito eleito Abílio Brunini

Da redação

A vereadora Maysa Leão (Republicanos) disse que os parlamentares que rejeitam a chapa do vereador Jeferson Siqueira (PSD) devem se unir para propor uma candidatura de terceira via. Segundo a parlamentar, os grupos compostos apenas por mulheres e o de cinco vereadores não aprovam a chapa composta por Jeferson, candidato à presidência.

“A chapa que eu sou contrária é a chapa do Jeferson. Eu acredito que todos esses entes que nós estamos falando aqui, tanto os novatos, quanto a chapa 100% feminina, quanto o G5, estão contra a chapa do Jeferson. Então nós temos que nos unir”, disse.

A republicana ainda mencionou que tem se empenhado em articular uma chapa que, além de oposição a Jeferson, seja uma alternativa à candidatura indicada pelo prefeito eleito Abílio Brunini (PL), que tenta emplacar a nova Paula

Calil (PL) na Presidência da Casa. A vereadora eleita é irmã do deputado estadual Faissal Calil (Cidadania), que foi coordenador de campanha de Abílio. A sugestão foi criticada por Maysa, que viu a proposta como interferência do futuro prefeito.

Sobre Jeferson, Maysa disse que não tem alinhamento com o vereador e que Siqueira faz parte da base sólida do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB).

“Eu só penso que ele não me representa. Então, eu vou fazer de tudo para que tenha um presidente que me represente mais [...] a gente não tem alinhamento nenhum no Parlamento. Nunca fizemos projetos que são das mesmas pautas. Nem sei o que o Jeferson defende aqui no parlamento. Não tenho nenhuma rusga específica com ele, mas ele foi da base de Emanuel, uma base ferrenha e essa base de Emanuel não me representa”, disse.

DISSIDENTE - Após Jeferson anunciar na última quin-

ta-feira, 14, que recebeu um ‘misterioso’ apoio de uma vereadora para a eleição da Mesa, Maysa Leão disse que ainda não descobriu quem teria traído o grupo feminino. Em conversa com jornalistas, Maysa explicou que já se encontrou com todas as mulheres do grupo e ainda não descobriu quem estaria ao lado de Jeferson.

“Ah, eu acho que tem muita fala. A pessoa que ele falou, que tem uma mulher, que está do lado dele. Eu conversei com todas as mulheres e até agora não descobri quem é”, disse.

Maysa já contou, em outros momentos, que tem a expectativa de formar uma Mesa Diretora apenas com mulheres. Por isso, buscou informações com suas colegas, mas até o momento nenhuma se manifestou.

Além disso, Jeferson também não revelou o nome e deixou em segredo a suposta apoiadora, afirmando apenas que se trata de uma amizade antiga.

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Jeferson diz que Chico desistiu para apoiá-lo

Reprodução

Da redação

O vereador Jeferson Siqueira (PSD) afirmou que o presidente da Câmara Municipal, Chico 2000 (PL), declarou apoio à sua candidatura à presidência da Casa. Jeferson argumentou que ambos têm proximidade e Chico diz que “é a vez dele”. Siqueira fez a declaração na quinta-feira, 21 de novembro.

A decisão seria a oficialização do rompimento de Chico com o grupo de vereadores do prefeito eleito Abílio Brunini (PL). O liberal foi preterido da disputa após Abílio indicar a vereadora Paula Calil (PL) a disputa.

“Ele decidiu apoiar nosso projeto, ele vem aí para somar ele é um dos nossos aliados e agora vai entrar em campo para ajudar e vai reforçar

ainda mais o nosso grupo”, disse.

Jeferson contabiliza 11 votos na disputa. Com a adesão de Chico, a meta é o presidente ajudar a angariar mais votos e bater a meta de 14, número necessário para levar o comando da Casa.

“Ele já está entre os 11. Entendo que ele tem uma experiência muito importante para poder fazer com que cheguemos aos 14, que é a nossa meta. Com a experiência dele, acho que nós vamos conseguir a partir de agora definir isso aí. Porque a nossa preocupação é que quanto mais tempo você demorar para decidir a Mesa, decidir a votação, você fica preso nisso, você não consegue planejar o futuro” disse.

Siqueira falou também que ofereceu cargo na mesa para

Chico, mas ele não quis ocupar nenhuma vaga.

“A princípio ele não irá compor a Mesa. Nossa Mesa tem duas mulheres e três homens, a princípio ele não quis compor a Mesa, até fiz o convite para ele. Mas ele falou não: ‘agora é sua vez’. Ele me chamava de assessor especial dele, quando ele assumiu a presidência. A gente tem uma parceria muito bacana. Não dá para falar para o Chico que ele será meu assessor, ele é nosso professor”, falou.

Até o momento, Jeferson é o único que mantém sua candidatura à presidência, inclusive definindo o time que irá compor as cadeiras. O PL tanta viabilizar Paula Calil em torno de uma chapa composta por mulheres; a vereadora Maysa Leão (Republicanos) tenta aglutinar grupo com cinco membros.




Em conversa com jornalistas, Jeferson disse que já contabiliza 11 votos na disputa pela Mesa Diretora



HMC

Isso é mudança nossa



Dá para ver a mudança nos quatro cantos da cidade, que agora tem mais estrutura, educação, saúde e qualidade de vida. Hoje, os cuiabanos vivem em uma nova Cuiabá, humanizada e preparada para continuar avançando.

Cuiabá tá
Isso é



que transforma
mudança nossa



CUIABÁ
PREFEITURA

'GUERRA COMERCIAL'

Após rede francesa anunciar suspensão da compra de carnes do Mercosul, Mauro e Fávoro sugerem boicote à operação do Carrefour no Brasil

Mauro propõe boicote ao Carrefour

Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (União) propôs que os brasileiros boicotem os supermercados Carrefour e o Atacadão depois que o CEO da rede francesa, Alexandre Bompard, anunciou a suspensão da compra de carnes de países do Mercosul para suas unidades na França. Em vídeo publicado em suas redes sociais nesta quinta-feira, 21 de novembro, Mendes pediu que os brasileiros deixem de comprar nos supermercados da rede para "honrar o país".

"Respeitamos o direito do Carrefour de selecionar os seus fornecedores. Entretanto, nós brasileiros também temos o direito de comprar de quem quisermos. Se o Brasil não serve para vender carne para eles, então essa empresa não deveria ser bem vista aqui", afirmou Mendes.

No vídeo, o governador também acusou o presidente francês, Emmanuel Macron, de usar o discurso ambientalista como justificativa

para criar barreiras contra o agronegócio brasileiro.

"Fica claro que essa conversa do presidente da França, Emmanuel Macron, e de muitos ambientalistas que dizem defender o meio ambiente não passa de conversa fiada. No fundo, querem usar o meio ambiente para criar barreiras contra o agronegócio brasileiro e de outros países aqui da América do Sul", disparou.

A decisão de Bompard afeta exclusivamente as unidades do Carrefour na França e atende a protestos de agricultores franceses, que alegam que as carnes sul-americanas não atendem às exigências locais de sustentabilidade. O pano de fundo para a crise é o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, pois os agricultores franceses temem a competitividade dos produtos sul-americanos.

Em nota, o Carrefour anunciou que suas lojas do Brasil continuarão vendendo carne de origem sul-americana. Contudo, entidades do

agronegócio brasileiro têm pressionado para que as indústrias locais também suspendam o fornecimento à rede em protesto contra a decisão da matriz francesa.

FÁVARO ENDOSSA REPRESÁLIA - O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, endossou a posição das entidades do setor produtivo e criticou a separação de políticas entre a matriz francesa e as operações no Brasil.

"Se não serve ao francês, não vai servir aos brasileiros. Então, que não se forneça carne nem para o mercado desta marca aqui no Brasil", disse Fávaro, durante evento na quinta-feira, 21.

Fávoro classificou a atitude do Carrefour como desrespeitosa à soberania brasileira e elogiou a postura de indústrias que decidiram parar de fornecer carnes ao grupo.

"O Brasil tem compromisso com respeito ao meio ambiente, rastreabilidade e boa sanidade. Não negamos discutir sustentabilidade,



Governador também acusou o presidente francês de usar discurso ambientalista para criar barreiras contra o agronegócio

mas a nossa soberania é irretocável", afirmou o ministro.

REAÇÃO DO AGRO - Seis entidades do agronegócio emitiram uma nota de repúdio à decisão do Carrefour. No comunicado, destaca-

ram que, se as carnes do Mercosul "não são adequadas para o mercado francês, também não deveriam abastecer os mercados da marca em outros países".

A polêmica ocorre semanas após outro

episódio envolvendo uma empresa francesa. No fim de outubro, a Danone também foi alvo de críticas após mudar suas diretrizes de compra de soja, exigindo maiores garantias ambientais.

INDICIADO PELA PF

Deputados de MT saem em defesa de Bolsonaro

Da redação

Deputados federais de Mato Grosso saíram em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que foi indiciado pela Polícia Federal na quinta-feira, 21 de novembro, no inquérito que investiga uma tentativa de golpe de Estado no Brasil após a eleição presidencial de 2022. Abílio Brunini (PL), Coronel Assis

(União) e José Medeiros (PL) avaliam que o indiciamento de Bolsonaro demonstra perseguição e injustiça contra o ex-presidente.

Assis falou que o indiciamento é uma tentativa de calar quem sempre defendeu os valores da família, no que classificou como uma "clara perseguição política".

"Mais uma vez, testemunhamos uma ten-

tativa clara de perseguição política contra Jair Bolsonaro, o maior líder conservador que o Brasil já teve. Essa série de ataques não se trata de justiça, mas de uma tentativa de calar a voz de quem sempre defendeu o povo brasileiro, a liberdade, a família e os valores cristãos que sustentam nossa nação", disse o coronel, em publicação no Instagram.

Prefeito eleito de Cuiabá, o deputado federal Abílio Brunini publicou uma frase de Montesquieu, dizendo que "a injustiça que se faz a um é uma ameaça que se faz a todos". O liberal também afirmou que as eleições de 2026 estão próximas e que o Senado Federal irá mudar. O bolsonarismo deposita suas esperanças no aumento

do número de senadores aliados, já que somente o Senado pode abrir processo de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Nestas horas vemos quem está ao nosso lado. Mais uma narrativa que vai cair e 2026 teremos a maioria no Senado. Em Mato Grosso teremos 3 senadores pró Bolsonaro", escreveu.

'Fiel escudeiro' de Bolsonaro, José Medeiros postou um vídeo falando que a narrativa é fantasiosa. O deputado ainda ironizou a suposta trama para assassinar o presidente Lula (PT), o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e o ministro do STF Alexandre de Moraes.

"Esse golpe não se sustenta. É a criação mais bizarra que já vi, com estilingue, com taxi? [...] Agora a grande bomba, "tinha um plano para matar Lula, matar Alckmin". Solta-ram isso recentemente como se fosse uma bomba", disse.

Ao todo, 35 pessoas foram indiciadas sob suspeita dos crimes de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa. Documentos encontrados pela PF apontavam para um suposto plano para assassinar o presidente Lula e o vice-presidente Geraldo Alckmin, recém-eleitos. Além disso, o texto traçava cenários de reação popular e de riscos, e continha uma lista de possíveis armamentos a serem utilizados para alvejar inclusive o ministro do STF.

MODELO ESTADUNIDENSE

"Alterar leis penais é complexo, mas é válido"



Segundo Gilmar Mendes, seria necessária uma reforma constitucional para autorizar Estados a legislar em matéria penal

Da redação

Defendida pelo governador Mauro Mendes (União Brasil) como uma forte ferramenta de combate ao crime organizado, a mudança na legislação brasileira para permitir que Estados possam ter seu próprio Código Penal pode

ser uma proposta de difícil aprovação. Para o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, a alteração das leis não é tão simples e seria necessário passar por uma reforma constitucional ou administrativa, sendo necessária uma construção de compatibili-

dade entre Estados, Municípios e União.

"Esta é uma questão mais complexa, que passaria por uma reforma constitucional ou administrativa. Uma iniciativa que eu vivi no governo Fernando Henrique

Cardoso que foi a de uma lei complementar que delega aspectos procedi-

mentais para os Estados [...] é uma experiência que se poderia fazer para eventualmente construir uma compatibilização de ações entre Estados e União em determinadas matérias," afirmou o ministro a jornalistas nesta manhã de segunda-feira, 18 de novembro, em Cuiabá.

Mauro Mendes já criticou o Congresso Nacional em outros momentos e criticou a morosidade para fazer mudanças na legislação penal e "endurecer" as penalidades contra crimes hediondos. Na visão de Mauro, essas mudanças são extremamente necessárias para que a população se sinta mais segura.

Mais recentemente, Mauro tem engrossado o coro de políticos que defendem a adoção do modelo estadunidense, no qual cada Estado tem liberdade para criar suas próprias leis penais.

Além do posicionamento de Gilmar Mendes, o ministro Flávio Dino também concordou com Mauro e disse que o Supremo está fazendo o possível para manter criminosos pre-

sos. Um novo entendimento da Corte, por exemplo, estipulou que condenados pelo Tribunal do Júri passem a ser presos assim que a decisão seja proferida. Antes, o réu só poderia ser preso caso a condenação fosse superior a 15 anos, caso contrário, respondia o crime em liberdade.

O Tribunal do Júri, também conhecido por "Júri Popular", é aplicado em crimes dolosos contra a vida, como assassinato, indução ao aborto, indução ao suicídio e infanticídio. O ministro também citou outra decisão do STF, na qual se estipula que Acordos de Não Perseguição Penal (ANPP) devem ser aplicados imediatamente aos delitos menos graves, para que o Poder Judiciário se dedique aos crimes com violência grave.

Os dois ministros estiveram em Cuiabá nesta segunda-feira para a cerimônia de comemoração aos 35 anos da Constituição do Estado de Mato Grosso. O ministro Alexandre de Moraes também esteve presente no evento.



MERCADO AQUECIDO

Segmento foi o único a registrar números positivos na geração de vagas, atraindo principalmente os jovens em busca do primeiro emprego

Serviços lidera criação de vagas

Da redação

Levantamento produzido pelo Núcleo de Inteligência de Mercado da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL Cuiabá) revela que o setor de serviços foi o maior impulsor do mercado de trabalho na capital. Em setembro de 2024, o segmento foi o principal gerador de empregos e o único a registrar números positivos em relação ao mês anterior. No comparativo com o mesmo período de 2023, o setor avançou 20%.

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), foram 10.678 contratações realizadas ao fim do terceiro trimestre, totalizando saldo positivo de 848 novos postos de serviços na capital. A maioria (55%) das contratações foi de jovens. Quanto ao grau de formação, dois terços das vagas foram preenchidas



Por não exigir formação específica, setor de serviços tem atraído jovens em busca do primeiro emprego

dos por profissionais que, no máximo, concluíram o ensino médio.

“Por ter uma cadeia diversificada, o setor de serviços não exige formação superior e acaba sendo um grande atrativo para que jovens entre

18 de 24 anos conquistem o seu primeiro emprego. Garantir o ingresso no mercado de trabalho auxilia na previsibilidade de renda, movimentação do comércio e redução de endividamento”, comenta o superintenden-

te da CDL Cuiabá, Marcelo Carrijo.

A profusão de oportunidades de trabalho para este perfil etário deve se aquecer ainda mais nas últimas semanas do ano, especialmente no comércio.

“Com a chegada da Black Friday e do Natal, o fluxo nas lojas aumenta de forma expressiva e a tendência é que os varejistas recorram às contratações temporárias para suportar a demanda. Pesquisas

apontam que 30% dessas contratações são efetivadas”, complementa Carrijo.

MÉDIA SALARIAL - Em setembro de 2024 foi registrado uma média salarial de R\$ 2.126,30, apresentando alta de quase 3 pontos percentuais em relação ao mesmo mês de 2023. Já ante agosto de 2024, houve ligeira oscilação positiva (+0,68%).

PANORAMA ESTADUAL - Ainda segundo a pesquisa da CDL Cuiabá, Mato Grosso registrou saldo positivo de 1.723 novos empregos em setembro de 2024 - resultado de 51.753 admissões e 50.030 desligamentos. Embora positivo, o saldo representa queda em relação a setembro de 2023, quando

o saldo foi de 4.430 vagas. A redução de, aproximadamente, 61% no saldo de contratações pode estar associada a queda na atividade do setor da agropecuária.

REAÇÃO DO AGRO

Carlos Fávaro se diz feliz com retaliação

Gabriel Soares

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, disse na segunda-feira, 25 de novembro, que se sente feliz com a decisão dos frigoríficos brasileiros em suspender o fornecimento de carnes às empresas do grupo Carrefour - Atacadão, Carrefour e Sam's Club. A ação foi tomada em retaliação à decisão do CEO global do Carrefour, Alexandre Bompard, de boicotar a carne do Mercosul no mercado francês.

Em entrevista à GloboNews, Fávaro afirmou que a resposta não se dá tanto pelo boicote econômico, mas sim pela alegação de Bompard sobre a qualidade da carne brasileira, em especial quanto às questões sanitárias e ambientais. O ministro lembrou que a França compra carne do Brasil há quarenta anos e nunca fez esse questionamento antes.

“Não é pelo boicote econômico. O problema é a forma com que o CEO do Carrefour tratou, o primeiro parágrafo da carta, da manifestação dele, que fala com relação à qualidade sanitária das carnes brasileiras, que é inadmissível falar”, afirmou o ministro.

“A França compra carne do Brasil há quarenta anos, só agora que ele foi detectar isso? Então é um absurdo, ainda mais querer fazer barreira comercial (...) Eu estou feliz com a atitude dos nossos fornecedores, se para o povo francês, o Carrefour não serve para comprar carne brasileira, o Carrefour também não compre carne brasileira para colocar nas suas lojas aqui no Brasil”, completou.

A reação do setor de carnes do Brasil à fala de Bompard foi imediata. Um dia após o anúncio do boicote na França, JBS, Marfrig e Masterboi decidiram interromper o fornecimento de carnes às lojas do grupo Carrefour. Segundo noticiado pela Revista Globo Rural, caminhões que estavam na estrada foram

ordenados a voltar para devolver a carga aos frigoríficos. Apesar disso, o grupo Carrefour nega que haja qualquer desabastecimento em suas lojas.

A decisão de boicotar a carne brasileira na França é resultado de uma pressão dos agricultores franceses, que têm medo do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, que ainda não foi concluído. Os franceses temem a competitividade do agronegócio brasileiro e, por isso, fazem pressão por um embargo comercial. Além de anunciar a suspensão da venda de carne do Mercosul no Carrefour da França, Bompard conclamou os restaurantes franceses a pararem de vender o produto.

Oficialmente, os franceses alegam que o boicote é motivado por questões sanitárias e ambientais. Porém, Bompard deixou claro em sua carta que a decisão foi motivada pela “consternação e a indignação dos agricultores diante da proposta de acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul”.

Ainda na semana passada, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) emitiu nota criticando a decisão do Carrefour francês, afirmando que “não aceitará tentativas vãs de manchar ou desmerecer a reconhecida qualidade e segurança dos produtos brasileiros e dos compromissos ambientais brasileiros”.

Na mesma data, o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (União), conclamou os empresários do setor de carnes a suspenderem o fornecimento ao Carrefour, além de pedir aos brasileiros que parem de comprar nas lojas do grupo.

“Respeitamos o direito do Carrefour de selecionar os seus fornecedores. Entretanto, nós brasileiros também temos o direito de comprar de quem quisermos. Se o Brasil não serve para vender carne para eles, então essa empresa não deveria ser bem vista aqui”, disse Mauro.

PREÇOS DE AEROPORTO

Cesta básica quebra novo recorde

Gabriel Soares

O custo da cesta básica em Cuiabá atingiu R\$ 819,88 na terceira semana de novembro, registrando o segundo recorde consecutivo de maior valor histórico, de acordo com o levantamento do Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT). O valor registrado nesta semana representa uma alta de 0,42% em relação à semana anterior e um aumento acumulado de 9,9% no comparativo com o mesmo período do ano passado.

O aumento reflete um movimento de escalada nos preços dos itens básicos que já dura oito semanas consecutivas. Entre os principais responsáveis pelo novo recorde está a carne bovina, cujo preço médio subiu para R\$ 43,62 por quilo, o que representa aumento semanal de 3,87% e uma alta anual de 24,19%.

Segundo José Wenceslau de Souza Júnior, presidente da Fecomércio-MT, o impacto da carne bovina tem sido decisivo para os constantes aumentos.

“A carne está registrando os maiores preços de nossa série histórica, devido à redução da oferta e à maior demanda, tanto interna quanto externa. Isso afeta diretamente o consumo das famílias cuiabanas e pode prejudicar as festas de fim de ano”, explicou.

Embora o aumento da carne seja o mais expressivo, outros itens também têm contribuído para pressionar o custo da cesta básica. O óleo de soja, por exemplo, atingiu seu maior preço histórico na segunda semana de novembro, com um litro custando R\$ 8,77 - uma alta de 22% em relação ao mesmo período de 2023.

Por outro lado, alguns itens apresentaram recuos importantes na terceira semana de novem-



Carne bovina foi a principal responsável pelo encarecimento da cesta básica, com alta de 24,19% no ano

bro. O preço do tomate caiu 6,22%, custando R\$ 5,35 por quilo, enquanto a batata registrou redução de 7,50%, passando a custar R\$ 8,52 por quilo. Esses recuos estão relacionados à maior oferta no mercado e à melhoria recente no clima, com a volta das chuvas nas regiões produtoras.

Ainda assim, o cenário não é totalmente positivo. No comparativo anual, a batata custava 49% mais do que no mesmo período de 2023, enquanto o tomate está 36,1% mais barato.

ALTAS CONSECUTIVAS - Na semana anterior, o custo da cesta básica já havia ultrapassado o marco dos R\$ 800, com um preço médio de

R\$ 816,45, que era, até então, o maior valor registrado na história do levantamento. Naquele período, o preço da batata havia subido expressivos 30,18%, atingindo R\$ 9,21 por quilo, devido às chuvas intensas que prejudicaram o cultivo.

A carne bovina também havia registrado alta significativa na segunda semana de novembro, com o preço médio subindo para R\$ 42,00 por quilo. Além disso, o óleo de soja manteve sua escalada de preços pelo sexto mês consecutivo, tornando-se um dos itens que mais pesam no orçamento familiar.

PESO PARA AS FAMÍLIAS - Ultrapassar a marca dos R\$ 800 é

uma pressão significativa para o orçamento das famílias cuiabanas. Segundo o presidente da Fecomércio-MT, esse custo elevado, aliado ao aumento contínuo, reflete as dificuldades econômicas enfrentadas por boa parte da população.

“Estamos observando um impacto direto no consumo das famílias, que têm sua capacidade de compra reduzida com esses aumentos. Isso pode comprometer não apenas as refeições do dia a dia, mas também as festas de fim de ano, que são momentos tradicionais de confraternização e consumo”, avalia Wenceslau Júnior.

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS • CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PUBLICAR

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Na quarta-feira, 20 de novembro, o juiz Jeferson Schneider, da 5ª Vara Federal Criminal, condenou três homens a 8 anos e 4 meses de prisão

Golpistas são condenados à prisão

Da redação

A Justiça Federal em Mato Grosso proferiu a primeira condenação contra bolsonaristas pelos atos realizados após as eleições de 2022. Na quarta-feira, 20 de novembro, o juiz Jeferson Schneider, da 5ª Vara Federal Criminal, condenou três homens a 8 anos e 4 meses de prisão, em regime inicialmente fechado, por tentativa de abolição contra o Estado Democrático de Direito, e a 1 ano e 3 meses de detenção por causar riscos a motoristas.

Felipe Carvalho Duffeck, Vilso Gabriel Brancalione e João Pedro de Lima Ceolin bloquearam a rodovia BR-163 próximo ao município de Nova Mutum (242 km de Cuiabá) na noite do dia 23 de novembro de 2022, após o segundo turno das eleições. Eles ainda entraram em conflito com a Polícia Militar.

Em sua decisão, o magistrado citou que os atos dos três não se tratam de mera manifestação política, mas de verdadeira tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito. Ele destacou que, para configurar o crime, não se faz necessário que o ato ocorra em Brasília, capital federal do país.



Mato Grosso foi precursor dos bloqueios de rodovias em protesto contra o resultado das eleições de 2022

“Em outras palavras, os atos destinados a impedir ou restringir o livre exercício dos poderes constitucionais, com aptidão para configurar o tipo penal de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, podem ser cometidos em qualquer local do território nacional por uma série indeterminada de condutas como a interrupção de diversas rodovias do país ou derrubada de torres de

transmissão de energia elétrica, entre outros”, pontuou.

Além disso, o juiz também os condenou cada um dos réus ao pagamento de R\$ 100 mil, por danos morais coletivos. Porém, o magistrado impôs atualização monetária pela taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) desde a data dos fatos, 23 de novembro de 2022, e o valor da indenização saltou para R\$ 125,6 mil.

O Ministério Público Federal (MPF) também denunciou os três réus por tentativa de homicídio contra policiais militares, mas Schneider os absolveu, por entender que o crime não estava comprovado.

OS FATOS - A vitória do presidente Lula (PT) nas eleições de 2022, já marcadas por um elevado acirramento, inflou ainda mais os ânimos entre os apoiadores do então presi-

dente Jair Bolsonaro (PL), derrotado nas urnas em sua tentativa de reeleição. Mato Grosso se tornou o precursor do movimento de bloqueio de rodovias em manifesto contrário ao resultado das eleições, que posteriormente se espalhou por várias regiões do país.

Felipe Carvalho, Vilso Gabriel e João Pedro estavam em um acampamento bolsonarista, indignados com a vi-

tória petista, a qual diziam ser resultado de fraude das urnas, quando decidiram bloquear a rodovia. Para isso, eles pegaram pneus em uma borracharia, com uso de ameaças contra os funcionários do local, e atearam fogo neles na pista, para impedir o direito de ir e vir.

Diante do novo comportamento dos manifestantes, policiais que estavam na região fazendo a segurança tentaram se aproximar dos réus, mas foram recebidos a tiros. O documento narra que os três criminosos fugiram do local em uma caminhonete, sendo perseguidos pela polícia. Durante a perseguição, eles chegaram a trocar tiros com os policiais.

Os militares atingiram o pneu da caminhonete, forçando os criminosos a abandonarem a caminhonete e se esconderem em uma propriedade rural. Eles só se entregaram à polícia após passarem horas escondidos.

Apesar disso, o juiz Schneider ponderou que já estava de noite e que só poderia configurar o crime de tentativa de assassinato dos policiais se não houvesse dúvida de que as armas haviam sido miradas nos agentes.

É assim que temos
uma diversão
ensolarada com
muuuuuita

PROTEÇÃO!

☆ Com a ☆
Panda Pool



Unidade Shopping Estação Cuiabá-MT

